A educação no discurso parlamentar feminino português (Estado Novo, 1935-1974)

Education in the parlamentary female portuguese discourse (Estado Novo, 1935-1974).

Paulo Drumond Braga [*]
Cátedra Infante D. Henrique / Universidade Aberta

Resumo

De 1935 a 1974, a Assembleia Nacional, câmara legislativa do Estado Novo português, albergou um total de 22 mulheres. Tudo o que se relacionava com a educação ocupou as atenções das mesmas, até porque onze delas eram professoras de diferentes graus de ensino. As temáticas foram diversificadas, nomeadamente o papel da universidade, as reformas dos ensinos primário e liceal, o lugar da mãe como educadora, a condição social dos professores e a acção de instituições como a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina, a Obras das Mães pela Educação Nacional e ainda as especificidades de Angola e Moçambique, que preocuparam duas deputadas africanas dos anos 60 e 70. Eis os temas que iremos analisar e explicar neste texto.

Palavras-chave: Assembleia Nacional; Estado-Novo; Educação; Portugal.

Abstract

From 1935 to 1974, the National Assembly, the legislative chamber of the Portuguese Estado Novo, hosted a total of 22 women. All that is related to education occupied the attention of them same, because eleven of them were teachers of different educational levels. The themes were diverse, including the role of the university, the reforms of primary and secondary school teaching, the mother's place as an educator, the social status of teachers and the action of institutions like the Mocidade Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina e Obra das Mães pela Educação Nacional, and also the specifics of Angola and Mozambique.

Keywords: Portugal; Estado-Novo; Education; Nation Assembly.

● **Enviado em: 23/11/2016**
● **Aprovado em: 28/06/2017**

[*] Paulo Drumond Braga é licenciado em História (1987) e mestre em História da Idade Média (1992) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão pela mesma universidade (1997). Leciona, desde 1997, na Escola Superior de Educação Almeida Garrett (Lisboa), sendo investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto (CEPESE) da Universidade do Porto.

A Assembleia Nacional – câmara parlamentar do Estado Novo português – teve, nos 39 anos da sua existência (1935-1974), 22 mulheres entre um total de 655 deputados, ou seja, 3,3%[1]. Representaram sempre baixíssimas percentagens, sendo, ainda assim, superiores ao que ocorreu em Espanha entre 1943 e 1975[2]. Tal não destoava, vistas bem as coisas, com o que se passava em países ditos democráticos. Tome-se como exemplo a Itália do pós-guerra, onde, entre 1946 e 1979, as mulheres na Câmara dos Deputados oscilaram entre 3,8% e 8,5%, ficando-se, no Senado, pelos 0,4% em 1953 e pelos 3,4% em 1968, 1976 e 1979[3].

Está-se perante uma elite que claramente sai da esfera do privado para a do público, e, atendendo ao facto de que cerca de metade dessas mulheres eram solteiras – e, mais do que isso, todas até 1953 – , acabava-se, um pouco *a contratio sensu*, por inverter a escala de valores defendidas pelo regime para o sexo feminino e que elas próprias ajudavam a divulgar.

Muito longe estavam estas mulheres, por exemplo, das esposas dos políticos que integraram a primeira junta central da Obra das Mães pela Eduação Nacional[4]. Distantes se achavam igualmente, se bem que talvez mais próximas, de outras mulheres que o Estado Novo deixou vir às luzes da ribalta, como Fernanda de Castro[5], a famosa escritora casada com o homem forte da propaganda, mas esta talvez se enquadre antes no perfil da mulher culta que sempre existiu entre nós.

---

1 Quando Portugal abriu as portas do parlamento ao sexo feminino, em 1934, já outros Países o haviam feito. O pioneiro havia sido a Finlândia, em 1907. Seguiram-se o Reino Unido (1918), a Alemanha (1919), a Áustria (1919) – seria aqui que, em 1927, uma mulher iria pela primeira vez desempenhar as funções de presidente do parlamento – , a Polónia (1919), a Hungria (1920), a Holanda (1920), a Noruega (1921), a Irlanda (1922), a Espanha (1927), a Bélgica (1929), entre outros exemplos. Não ficaram de fora países da América e da Oceânia: os Estados Unidos da América (1917), o Canadá (1921), a Austrália (1921), o Brasil (1933) e a Nova Zelândia (1933). Posteriores a Portugal seriam, por exemplo, os casos de França (1945), da Itália (1946) e da Grécia (1953). Neste artigo, retomo parte do que escrevi em BRAGA, Paulo Drumond, *Mulheres Deputadas à Assembleia Nacional (1935-1974)*. Lisboa, Assembleia da República, 2015.

2 Na Espanha de Franco as mulheres nas Cortes foram sempre menos de 1% de 1943 a 1967, tendo subido para 1,06% em 1967-1971 e para 1,5% em 1971-1975. Cfr. FRANCO RUBIO, Gloria A. "De la vida doméstica e la presencia pública: las mujeres en las Cortes franquistas" In *De la Democracia Ateniense a la Democracia Paritaria*, direção de Pilar Pérez Cantó. Barcelona, Icaria, 2009, pp. 187-207.

3 WILSON, Perry. *Italiane. Biografia del Novecento.* Roma, Bari, Laterza, 2011, p. 257.

4 Na lista, encontram-se apelidos reveladores, como Ortins de Bethencourt, Teotónio Pereira, Costa Leite (Lumbeales), Passos e Sousa, Lopes Mateus, Carneiro Pacheco, Nobre Guedes e Caeiro da Mata. cfr. PIMENTEL, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas do Estado Novo.* Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 127, nota 2.

5 Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro (1900-1994), romancista, poetisa, dramaturga e tradutora, casada com António Ferro, foi uma das fundadoras da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, actual Sociedade Portuguesa de Autores. Interessou-se também por outras questões, fundando a Associação Nacional de Parques Infantis.

Quadro I

Mulheres Deputadas por legislatura

Legislatura	Deputadas
I (1935-1938)	Maria Guardiola Cândida Parreira Domitila de Carvalho
II (1938-1942)	Maria Guardiola Domitila de Carvalho Luísa Van Zeller
III (1942-1945)	Maria Guardiola Luísa Van Zeller
IV (1945-1949)	Luísa Van Zeller Virgínia Gersão
V (1949-1953)	Leonor Botelho Maria Guardiola
VI (1953-1957)	Leonor Botelho Margarida Craveiro Lopes
VII (1957-1961)	Margarida Craveiro Lopes Irene Costa
VIII (1961-1965)	Margarida Craveiro Lopes Irene Costa Custódia Lopes
IX (1965-1969)	Custódia Lopes Ester de Lemos Lurdes Albuquerque Sinclética Torres
X (1969-1973)	Sinclética Torres Custódia Lopes Luzia Beija Raquel Ribeiro
XI (1973-1974)	Alda Almeida Josefina Marvão Lia Lelo Ângela Gama Clementina Vasconcelos Lurdes Oliveira Luísa Oliveira Teresa Lobo Sinclética Torres

Quadro II

Percentagem de Mulheres Deputadas

Legislatura	Percentagem
I (1934-1938)	3,3
II (1938-1942)	3,3
III (1942-1945)	2,2
IV (1945-1949)	1,7
V (1949-1953)	1,7
VI (1953-1957)	1,7
VII (1957-1961)	1,7
VIII (1961-1965)	2,3
IX (1965-1969)	3,1
X (1969-1973)	3,1
XI (1973-1974)	6

A educação foi um dos temas que mais preocupou estas deputadas. Onze delas, aliás, desempenharam funções docentes em diversos níveis de ensino[6] e, na Assembleia Nacional, quando se criaram, em 1945, comissões parlamentares[7], a de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais teve várias mulheres[8].

Na primeira (1935-1938) e na segunda legislaturas (1938-1942), estava na ordem do dia a profunda transformação que o sector educativo sofreu durante os anos iniciais do Estado Novo, sobretudo a partir do momento em que Carneiro Pacheco passou a estar à frente do ministério da tutela que se denominou, a partir de 11 de abril de 1936, da Educação Nacional. O ministro, que fora nomeado a 18 de janeiro desse ano, levou a cabo uma importante obra reformadora. A mesma lei de 11 de abril, estabeleceu livros únicos em todos

6 Nove foram professoras de liceu, das quais uma igualmente da Escola Normal Superior de Lisboa, outra na escola normal primária de Lisboa e uma terceira jurista, acabando esta vertente por se tornar predominante na sua vida profissional. Duas lecionaram na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma das quais igualmente do Instituto de Higiene Mental Infantil António Aurélio da Costa Ferreira, tendo outra, vindo posteriormente a leccionar em liceus e de novo no ensino superior, desta feita privado.

7 Sobre as comissões parlamentares, cfr. CASTILHO, J. M. Tavares. *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974).* Lisboa, Assembleia da República, 2009, pp. 143-148.

8 A saber, Virgínia Gersão (1945-1949), Maria Guardiola (1949-1953), Margarida Craveiro Lopes (1953-1961), Irene Costa (1957-1965), Custódia Lopes (1961-1965 e 1969-1973), Ester de Lemos (1965-1969), Alda Almeida, Lia Lello e Maria Luísa Oliveira (1973-1974)

os graus de ensino (com excepção do superior), impôs a obrigatoriedade dos crucifixos nas salas de aula das escolas primárias e infantis da rede pública e criou a Junta Nacional da Educação. Era todo um programa de forte politização da acção educativa, que viria ainda a ser complementado com medidas diversas tomadas em 1936 e 1938: o nascimento da Mocidade Portuguesa, da Mocidade Portuguesa Feminina e da Obra das Mães pela Educação Nacional, reformas do ensino primário e do ensino liceal, transformação dos postos de ensino em postos escolares, encerramento das escolas do magistério primário, imposição da obrigatoriedade de as professoras terem autorização do ministério para casar e extinção do ensino infantil público. Carneiro Pacheco foi ainda o criador do Instituto para a Alta Cultura, da Academia Portuguesa da História e do Instituto Nacional de Educação Física[9].

Assim sendo, temos, por exemplo, na primeira legislatura, a apresentação, por Maria Guardiola, de um projeto de lei que visava alterar determinado passo da Constituição[10], caminhando para uma "confessionalização funcional" do ensino[11]. A proposta foi aprovada, dando origem à lei constitucional n.º 10, de 23 de maio de 1935[12]. Uma outra deputada, Domitila de Carvalho enviou à mesa um projeto de lei sobre a introdução do ensino de higiene e puericultura nos liceus femininos e nas escolas secundárias em geral, o que foi conseguido quando, a 14 de outubro de 1936, Carneiro Pacheco criou, nos liceus femininos, o curso especial de educação feminina, onde a higiene e a puericultura estavam presentes, a par com outras matérias, nomeadamente costura, bordados, culinária, educação física, "economia e artes domésticas", "moral geral, familiar e social" e outros[13]. Maria Guardiola sugeriu ainda

9 MÓNICA, Maria Filomena. *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista (1926-1939)*. Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, Presença, 1978; CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 753-778; NÓVOA, António. "A 'Educação Nacional' " In *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. coordenação de Fernando Rosas. Lisboa, Presença, 1992, pp. 458-460.

10 Onde aqui se lia "O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar, e visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das capacidades intelectuais, à formação do caráter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais", sugeria que se passasse a ler: "O ensino ministrado pelo Estado visa, além do avigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do caracter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais, não podendo contrariar os princípios da moral cristã" (*Diário das Sessões*, n.º 8, 23 de janeiro de 1935, p. 96).

11 SANTOS, Paula Borges Santos. *A Questão Religiosa no Parlamento*. vol. III. Lisboa, Assembleia da República, 2011, p. 39.

12 *Diário das Sessões*, n.º 44, 8 de abril de 1935, pp. 921-923.

13 ADÃO, Áurea, REMÉDIOS, Maria José. "As raparigas portuguesas vão aos liceus do Estado Novo. Uma educação diferenciada no cumprimento de um ideário (1936-1947)" In *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia, 2011, pp. 41-54. O curso veio a ser extinto em 1947, com uma nova reforma do ensimo liceal

três novas bases para o projeto da reforma do ensino secundário[14] e foi cosubscritora de duas alterações ao projeto de lei de Henrique Galvão sobre a reorganização da educação física no ensino secundário[15]. A mesma deputada, assim como Cândida Parreira e Domitila de Carvalho, contribuiram ainda de diversas formas para a proposta de lei n.º 83, sobre a reforma do ministério da Instrução Pública[16], nomeadamente propondo, com outros colegas, a adoção do livro único no ensino primário e nas disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Educação Moral e Cívica do ensino secundário[17]. Maria Guardiola participou, em março de 1938, no debate sobre a reforma do ensino primário, elogiando a ação da Obras das Mães pela Educação Nacional e referindo-se à "a difícil situação económica em que muitos deles [professores do ensino primário], com famílias numerosas a seu cargo, se debatem angustiadamente"[18]. No mesmo contexto, subscreveu, com outros colegas, uma proposta visando a educação das crianças "anormais"[19]. Domitila de Carvalho e Maria Guardiola foram também coautoras de duas outras propostas de alteração, a respeito dos exames da 4.ª classe[20].

Já na segunda legislatura, Maria Guardiola aplaudiu, em fevereiro de 1940, a criação, ocorrida dias antes, do Instituto Nacional de Educação Física[21]. Domitila de Carvalho apoiou, em janeiro de 1941, as disposições relativas ao recrutamento de professores primários oficiais[22] e, em outra ocasião, louvou aquilo que considerou a ação notável do ministro da

14 "Base V-A. Os exames do curso dos liceus de qualquer ciclo ou classe constarão simplesmente de provas escritas. Os exames do curso complementar constarão de provas escritas em todas as disciplinas e ainda de provas práticas naquelas cuja natureza o justifique. Nos casos de dúvida, a contraprova será também escrita. Base V-B. O exame e julgamento das provas escritas e práticas far-se-ão pelo regime de anonimato. Base V-C. Nos liceus femininos e sem prejuízo dos cursos complementares que existirem nos liceus masculinos deve existir uma secção de formação cultural feminina, onde, a par da intensificação do estudo da língua pátria, das línguas vivas já estudadas, de higiene, de puericultura e da prática dos lavores femininos, se ministrem também, conhecimentos das economias social e doméstica e de enfermagem"[14]. A proposta foi votada nesse mesmo dia e foi rejeitada a base V-A, sendo aprovadas as duas restantes (*Diário das Sessões*, n.º 38, 30 de março de 1935, p. 786).

15 *Diário das Sessões*, n.º 40, 3 de abril de 1945, p. 819.

16 *Diário das Sessões*, n.º 75, 8 de fevereiro de 1936, pp. 441-443; n.º 77, 12 de fevereiro de 1936, pp. 453-456 e 470-476.

17 *Diário das Sessões*, n.º 77, 12 de fevereiro de 1936, p. 476. A proposta de lei n.º 83 deu origem à lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936.

18 *Diário das Sessões*, n.º 175, 24 de março de 1938, pp. 546-547.

19 *Diário das Sessões*, n.º 180, 1 de abril de 1938, p. 628; n.º 182, 6 de abril de 1938, p. 646.

20 *Diário das Sessões*, n.º 182, 6 de abril de 1938, p. 652. Já me havia referido, em trabalho anterior, a alguns aspetos do eco desta reforma do ensino primário na Assembleia Nacional. Cfr. BRAGA, Paulo Drumond. "O Estado Novo e a educação pré-escolar: os debates parlamentares de 1938" In *Cadernos de Investigação Aplicada*. Lisboa, 2010, vol. IV, pp. 13-31.

21 *Diário das Sessões*, n.º 271, 14 de fevereiro de 1940, pp. 271-272. Sobre a instituição em causa, cfr. *INEF. 1940-1990*. [Lisboa], Faculdade de Motricidade Humana, 1990; NÓVOA, António, GOMES, Rui, "Educação física" In *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Figueirinhas, 2000, vol. VII, pp. 601-603.

22 *Diário das Sessões*, n.º 96, 25 de janeiro de 1941, pp. 154-155.

Educação Nacional, referindo-se a vários diplomas legislativos que contemplavam diversos aspectos de vários graus de ensino[23].

Na terceira legislatura (1942-1945), Maria Guardiola interveio em defesa das organizações femininas a que se encontrava ligada, a Obra das Mães pela Educação Nacional – "pretende despertar, valorizar o orientar qualidades e virtudes que vivem latentes no corarão da mulher" – e a Mocidade Portuguesa Feminina – que educava mulheres "para a vida do lar" e "também no amor da Pátria, que devem servir com generosidade", além de não descurar "a cultura do espírito"[24].

Entretanto, a partir de finais dos anos 40, deu-se uma clara viragem na política educativa, o que não pode ser desligado do desenvolvimento económico relativo e da parcial abertura da economia portuguesa à Europa. Nesse processo, salientaram-se dois ministros da tutela, Fernando Augusto Pires de Lima, que deteve a pasta de 1947 a 1955, e Francisco Paula Leite Pinto, de 1955 a 1961, e dois subsecretários de Estado, Henrique Veiga de Macedo, que exerceu funções de 1949 a 1955, e Baltasar Rebelo de Sousa, de 1955 a 1961. Foi a época em que se iniciou o combate sistemático ao analfabetismo, sendo de salientar o Plano de Educação Popular (1952), assim como a intenção de Leite Pinto de elaborar uma reforma profunda de todo o sistema educativo, contando para isso com a colaboração da O.C.D.E. (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico), muito interessada então nos efeitos económicos da educação. O ministro equiparou as Escolas Superiores de Belas-Artes a universidades, alterou a estrutura dos cursos de Letras, continuou e aprofundou a política de combate ao analfabetismo: além de ter prosseguido o Plano de Educação Popular, tornou obrigatórias, no ensino primário, quatro classes para os rapazes e três para as raparigas (1956), eliminando, depois, a descriminação sexual (1960) e chegou a projectar alargar a escolaridade obrigatória para seis anos, medida que viria a ser concretizada anos depois[25].

Neste contexto, na quarta legislatura (1945-1949), Luisa Van Zeller comentou, em fevereiro de 1947, a proposta de lei de reorganização do ensino técnico-profissional, lamentando que o diploma deixasse de fora o ramo dos "profissionais de serviço social"[26].

---

23 *Diário das Sessões*, n.º 105, 26 de novembro de 1941, pp. 4-6.

24 *Diário das Sessões*, n.º 39, Lisboa, 8 de abril de 1943, pp. 389-391.

25 CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal* […], pp. 784-797; NÓVOA, António. "A "Educação Nacional" […], pp. 460-461; SOUSA, Marcelo Rebelo de. *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia.* Vendas Novas, Bertrand, 1999, p. 68-143; ADÃO, Áurea, REMÉDIOS, Maria José. "O alargamento da escolaridade obrigatória para as meninas portuguesas (1960). Uma medida legislativa *envergonhada*: sua representação nos jornais". In *Revista Histedbr* [em linha]. Campinas, 2009, vol. 9, n.º 36, pp. 3-13 [disponível in http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3794/3210, consultado a 29 de janeiro de 2015].

26 *Diário das Sessões*, n.º 82, 1 de fevereiro de 1947, pp. 440-444.

Uma outra deputada, Virgínia Gersão, embora se propusesse dissertar sobre o mesmo projeto, acabou por apresentar um quadro negro do que era, em sua opinião, o ensino primário de então: "a propósito de os [refere-se aos alunos] habituarmos a raciocinar depressa, nem vemos que os tornamos quase autómatos"[27]. Em janeiro de 1948, Virgínia Gersão pronunciou-se sobre a reforma do ensino liceal, então recentemente publicada (setembro de 1947) e ainda alvo de muita polémica e discussão[28]. A referida deputada criticou o tempo excessivo que os alunos passavam nos liceus, o grande número de discentes por turma, a supressão do Latim, o fim das aulas práticas de Ciências e o desaparecimento do ponto programático relativo a *Os Lusíadas* da secção de Ciências[29]. Em março de 1949, alertou para o perigo das concessões de diplomas de habilitação para funções docentes em estabelecimentos privados a pessoas sem cursos superiores[30]. Mais tarde – não deixando, a dado passo, de salientar: "sou mesmo partidária do ensino pré-primário" – , voltou a insistir na necessidade de reduzir o número de horas que os alunos passavam nos liceus[31].

Em abril de 1950, já durante a quinta legislatura (1949-1953), Maria Guardiola, quando se discutia a proposta de lei de reforma do ensino das belas-artes, assinou uma proposta de substituição, que veio a ser aprovada, que contemplava, entre outros aspetos, a exigência, para o ingresso no curso de Arquitectura, da aprovação nos exames de História, Filosofia e Organização Política e Administrativa da Nação do 7.º ano liceal[32]. Em outubro de 1952, a mesma deputada felicitou o governo pelos decretos n.ºs 38 968 e 38 969, publicados

---

27 *Diário das Sessões*, n.º 82, 1 de fevereiro de 1947, pp. 444-448. Note-se que a referida reforma do ensino técnico, começada a preparar por uma comissão nomeada em 1941, veio a ser implementada por decretos-lei de 25 de agosto de 1948, 13 de dezembro do mesmo ano e 22 de julho de 1949. Veio substituir legislação de 1918 e 1931. A principal novidade foi a criação de um ciclo preparatório de dois anos. De notar ainda o alargamento da formação geral e tecnológica em detrimento da formação prática. Manteve-se, no essencial, até à queda do Estado Novo. Cfr. *Ensino Técnico Profissional. Edição Oficial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1950; GRÁCIO, Sérgio. *Ensinos Técnicos e Política em Portugal. 1910 / 1990*. Lisboa, Instituto Piaget, 1998, pp. 117-135; ALHO, Albérico Afonso. *Salazar e a Escola Técnica. A Reforma Tolerada num Regime Intolerante*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2011.

28 Entre outros aspetos, estabelecera três ciclos para o ensino liceal (o terceiro apenas para quem fosse ingressar no ensino superior), reforçara os poderes dos reitores, aumentara o papel da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina nos liceus e criara a inspeção do ensino liceal. Cfr. *Diário do Governo*, I série, n.º 216, Lisboa, 17 de setembro de 1947, p. 879-927; NÓVOA, António. "A 'Educação Nacional' […], pp. 484-489; ADÃO, Áurea, REMÉDIOS, Maria José. "Memória para a frente, e... o resto é lotaria dos exames. A reforma do ensino liceal em 1947" In *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, 2008, vol. 12, pp. 41-65; Ó, Jorge Ramos do. *Ensino Liceal (1836-1975)*. Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 2009.

29 *Diário das Sessões*, n.º 128, 28 de janeiro de 1948, pp. 192-194.

30 *Diário das Sessões*, n.º 179, 24 de março de 1949, p. 313. O Estatuto do Ensino Particular veio a ser publicado a 8 de setembro desse ano, acompanhado do decreto-lei que regulamentava a inspeção desse mesmo ensino. Cfr. NÓVOA, António. "A 'Educação Nacional' […]", pp. 461-464; SANTOS, Paula Borges. *A Questão Religiosa no Parlamento*. vol. III. […], pp. 102-108.

31 *Diário das Sessões*, n.º 161, 11 de dezembro de 1952, p. 34.

32 *Diário das Sessões*, n.º 47, 21 de abril de 1950, p. 864.

dias antes[33], considerando extremamente útil a luta contra o analfabetismo que vinha sendo feita pelo Estado Novo e enaltecendo a recente Campanha de Educação de Adultos[34]. Naquela que seria a sua derradeira intervenção no parlamento, em dezembro do referido ano de 1952, defendeu a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, que dias antes haviam sido atacadas por um outro deputado[35].

Na sexta legislatura (1953-1957), Margarida Craveiro Lopes dissertou, em março de 1955, sobre a educação da juventude, considerando que a mesma deveria ser partilhada entre a família, a Igreja e o Estado. Em sua opinião, o verdadeiro problema educacional português residia na existência de "compartimentos estanques entre aqueles que o têm nas mãos", havendo a necessidade de se ser "cada vez mais objetivo na solução do pormenor, mais amplo na visão conjunta"[36]. Em janeiro de 1957, a mesma deputada, assim como Leonor Botelho, assinaram, com outros colegas, uma solicitação para apreciar o decreto-lei n.º 40 900, que criava a Comissão Permanente das Obras Circum-Escolares e Sociais do Ensino Superior[37].

Na sétima legislatura (1957-1961), Irene Costa defendeu, em abril de 1958, que a escolaridade obrigatória deveria ser de seis anos, como na maioria dos restantes países da Europa; alertou para a necessidade de não esquecer a especificidade da educação feminina; sugeriu a criação de um instituto para o "estudo científico da criança portuguesa e onde se ensaiem os métodos de ensino mais adequados à sua mentalidade"; defendeu a revisão da questão dos regentes escolares e dissertou sobre o ensino especial[38]. A mesma deputada voltou a este último tema, que lhe era bastante caro[39]. No ano seguinte, abordou de novo

33 *Diário do Governo*, I série, n.º 241, Lisboa, 27 de outubro de 1952, pp. 1067-1095.

34 *Diário das Sessões*, n.º 159, 5 de novembro de 1952, pp. 886-887. Sobre esta, cfr. PARREIRA, Jorge Martins. *O Plano de Educação Popular (1952-1956). Um Desígnio da Educação Nacionalista para a Escolaridade Obrigatória*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, exemplar mimeografado, Lisboa, 2006.

35 *Diário das Sessões*, n.º 184, 16 de dezembro de 1952, p. 390-394. Enquadre-se em PIMENTEL, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas do Estado Novo* […], pp. 228-229.

36 *Diário das Sessões*, n.º 86, 30 de março de 1955, pp. 702-709.

37 *Diário das Sessões*, n.º 177, 16 de janeiro de 1957, p. 221. A legislatura terminou sem que a Assembleia Nacional voltasse a pronunciar-se. Algum tempo depois, desencadeou-se a crise académica de 1962 e o governo, a 15 de outubro desse ano, promulgou o decreto-lei n.º 44 632, que substituiu o 40 900.

38 *Diário das Sessões*, n.º 40, 18 de abril de 1958, pp. 869-873. Recorde-se que os regentes escolares surgiram em 1931, para estarem à frente dos chamados postos escolares, a criar em locais onde não existissem escolas, e que em 1936 se passaram a denominar postos de ensino. Pessoas sem qualquer formação, os regentes foram, a partir de 1935, submetidos a exames escritos e orais. O sistema só despareceu em 1973. Cfr. RIAS, Ana Paula Lopes de Oliveira Andrade. *Regentes Escolares. "Colaboradores Benévolos" ao Serviço da Educação Nacional*. Dissertação de mestrado em Histótia dos Séculos XIX e XX, seção século XX, apresentada à Faculdade de Cências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar mimeografado, Lisboa, 1997; GUINOTE, Paulo. "O lugar dos regentes escolares na política educativa do Estado Novo. Uma proposta de releiturs (anos 30 – anos 50)" In *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*. Lisboa, 2006, vol. 1, pp. 113-126.

39 *Diário das Sessões*, n.º 154, 18 de março de 1960, pp. 424-427.

questões relacionadas com a educação, louvando as reformas do ensino primário e das escolas de formação de professores, o esforço realizado no particular das construções escolares, a possibilidade de acesso dos regentes de postos de ensino a professores e o projetode criação do ciclo preparatório[40]. Por seu turno, Margarida Craveiro Lopes referiu-se ao papel da família na educação do futuro adulto, deixando um apelo: "Será suficiente franquear às nossas raparigas as portas de todas as escolas se não atendermos o bastante à formação da futura mãe e dona de casa?"[41].

Em dezembro de 1962, na oitava legislatura (1961-1965), Irene Costa alertou para a necessidade de reformar as universidades, investir na investigação científica e criar um Instituto de Ciências da Educação[42]. Em janeiro de 1964, a mesma deputada defendeu o investimento na educação pré-escolar, o alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos e a necessidade de formar especialistas em educação especial[43]. Margarida Craveiro Lopes, salientou o papel da família e da escola no processo educativo, recordando quão necessário era, em seu entender, educar os dois sexos de forma diferenciada. Considerou, assim, indispensável que a escola primária ministrasse noções de costura, higiene, economia doméstica e puericultura, ao mesmo tempo que as alunas das escolas do magistério primário deveriam ser, desde logo, alertadas para "o significado e a importância de uma valorização autenticamente feminina", não deixando, a concluir, de elogiar o papel da Obra das Mães pela Educação Nacional e da Mocidade Portuguesa Feminina[44].

Uma outra parlamentar, Custódia Lopes, oriunda de Moçambique, interessou-se pela educação naquele território. Assim, em março de 1962, abordou a situação do ensino primário, alertando para o muito que, em sua opinião, havia ainda a fazer[45]. Em outra ocasião, aludiu ao aumento dos gastos do Estado com a educação na província, recordando, contudo, que alguns setores careciam de melhoras, como o da saúde escolar e os da "assistência infantil" e da "educação das crianças em idade pré-escolar". Também chamou a atenção para o cuidado que deveria haver na escolha dos manuais escolares para o Ultramar e aplaudiu a

40 *Diário das Sessões*, n.º 212, 21 de abril de 1961, pp. 791-794.
41 *Diário das Sessões*, n.º 213, 22 de abril de 1961, pp. 804-808.
42 *Diário das Sessões*, n.º 62, 15 de dezembro de 1962, pp. 1612-1615.
43 *Diário das Sessões*, n,º 122, 30 de janeiro de 1964, pp. 3005-3008. De facto, em 1963, o ministro Inocêncio Galvão Teles projetou a elaboração de um Estatuto da Educação Nacional, que nunca chegou a ser implementado, e que redefinirira os grandes princípios orientadores da acção educativa, contemplando, além dos aspectos mais ou menos óbvios, como a reforma dos ensinos primário, liceal e técnico, outros, como o apoio ao ensino particular, a instituição dos serviços sociais universitários e a promoção do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, sobretudo em França.
44 *Diário das Sessões*, n.º 123, 31 de janeiro de 1964, pp. 3038-3044.
45 *Diário das Sessões*, n.º 40, 2 de março de 1962, pp. 896-899.

criação recente do ensino superior nas províncias[46]. Em fevereiro de 1964, foi subscritora de uma moção, onde se defendia o prolongamento da escolaridade obrigatória e uma vasta revisão de todo o sistema de ensino, que foi aprovada[47].

A educação no Ultramar estava, de facto, na ordem do dia. Recorde-se que, em 1962, foram criados, pelos ministros da Educação Nacional, Manuel Lopes de Almeida, e do Ultramar, Adriano Moreira, os Estudos Gerais Universitários, ao mesmo tempo que foi aumentando significativamente, a partir de 1956, o investimento estatal nos restantes níveis de ensino[48].

Na nona legislatura (1965-1969), de novo os assuntos ligados à educação ocuparam as deputadas. Em janeiro de 1967, Ester de Lemos usou da palavra, referindo-se ao papel do Estado (a quem competiria "coordenar esforços e com o exemplo que encoraja e o apoio que fortalece, estimular as iniciativas particulares de quantos se dediquem à educação") e da família, (a quem cabe "a maior responsabilidade que não poderemos contudo exigir-lhe se ela não estiver à altura de satisfazer pelas suas fracas e insuficientes possibilidades materiais, morais e espirituais, as obrigações que lhe competem e de assumir o direito que por natureza lhe assiste na educação da juventude")[49]. Dias depois, elogiou o papel das duas organizações de juventude[50]. Em outra ocasião, lamentou que se tivessem criado, nas Faculdades de Letras, institutos a que se não deu verba[51]. Em março de 1969, elogiou a acção de Maria Guardiola, que meses antes deixara o comissariado nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, depois de mais de três décadas de exercício. A dada altura referiu: "As ideias de renovar, rever, reformar (tudo acções a que o prefixo confere afinal um sentido de repetição e retorno) são incentivos que às vezes perturbam e embriagam a multidão, até ao ponto de levar os homens à infidelidade e à ingratidão, que é a mais feia das suas formas. […] E na verdade é às vezes apenas a ânsia do novo, da mudança, que parece mover os homens contra aquilo que esta —e que eles ajudaram a estar. Tendência em si mesma salutar —, na condição, porém, de não pretender mudar o que deve ser, dentro dos limites humanos, imutável; de não tocar no essencial da doutrina. Em suma: de não se faltar à fé jurada, uma vez que se tenha jurado uma fé"[52]. Segundo me foi declarado pela própria Ester de Lemos, esta intervenção desagradou

46 *Diário das Sessões*, n.º 124, 1 de fevereiro de 1964, pp. 3071-3076.
47 *Diário das Sessões*, n.º 126, 6 de fevereiro de 1964, p. 3153.
48 PAULO, João Carlos. "Da 'educação colonial portuguesa' ao ensino no Ultramar" In *História da Expansão Portuguesa,* direção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. 5, pp. 304-333.
49 *Diário das Sessões*, n.º 60, 21 de janeiro de 1967, pp. 1083-1085.
50 *Diário das Sessões*, n.º 61, 25 de janeiro de 1967, pp. 1095-1102.
51 *Diário das Sessões*, n.º 146, 9 de março de 1968, pp. 2677-2679
52 *Diário das Sessões*, n.º 197, 21 de março de 1969, pp. 3613-3615.

profundamente ao recém-empossado Marcelo Caetano, que a considerou uma crítica indirecta à sua política, embora, na verdade, não o fosse[53].

Em março de 1967, Custódia Lopes referiu-se a um conjunto de realidades do ensino ultramarino, nomeadamente as recém-criadas classes pré-primárias e considerou que seria vantajoso criar escolas de artes e ofícios para ambos os sexos, ao mesmo tempo que se deveria incentivar a frequência das escolas agrícolas já existentes[54]. Meses depois, a mesma deputada, começou por recordar que os problemas do ensino liceal no Ultramar eram superiores aos da metrópole, lamentando que fossem ainda poucos os que frequentavam os liceus moçambicanos. Seguidamente, analisou o problema do elevado número de reprovações nos exames de admissão aos liceus na província[55]. Em fevereiro de 1969, defendeu que "o ensino da língua portuguesa deverá ser feito de uma maneira actualizada, com os métodos modernamente adoptados ao ensino das línguas vivas", não como se fosse uma língua morta, atendendo somente a aspectos "gramaticais, filológicos e linguísticos e ainda histórico-literários". Alertou finalmente para uma necessidade de "reforma de métodos, programas e meios de acção"[56].

Uma outra deputada africana, concretamente oriunda de Angola, Sinclética Torres, por duas vezes propôs a necessidade de adaptar os manuais escolares às realidades do Ultramar[57]. Também considerou desajustados os períodos escolares em Angola: "As aulas funcionam apanhando os meses mais quentes do clima tropical. A juventude infantil tem de ficar em casa durante as férias por serem os meses mais frios, os de cacimbo. Os adolescentes, nas férias grandes, impossibilitados de um período de praia, ou vida ao ar livre, vão para cafés e bares, onde se viciam na bebida, sem nenhum proveito salutar, e à noite, porque o corpo não fez exercícios durante o dia, vão para cabarets e clubes dos subúrbios, onde iniciam uma vida de corrupção indesejável sob todos os aspectos. De resto, com a Universidade em Angola já não se justifica este capricho dos perdidos escolares não adaptados ao clima tropical; seria ainda um meio de fixação de que a província tanto carece"[58].

Na primeira legislatura escolhida sob a gestão de Marcelo Caetano, a de 1969-1973, quatro mulheres sentaram-se em São Bento. Na ocasião, a Assembleia Nacional conheceu uma

53 Declarações prestadas telefonicamente a 14 de janeiro de 2015.
54 *Diário das Sessões*, n.º 83, 17 de março de 1967, pp. 1522-1525.
55 *Diário das Sessões*, n.º 136, 15 de fevereiro de 1968, pp. 2239-2243.
56 *Diário das Sessões*, n.º 175, 8 de fevereiro de 1969, pp. 3131-3134.
57 *Diário das Sessões*, n.º 78, 9 de março de 1967, pp. 1402-1403; n.º 133, 9 de fevereiro de 1968, pp. 2402-2403.
58 *Diário das Sessões*, n.º 162, 16 de janeiro de 1969, pp. 2933-2935.

renovação total de 65%[59], o que só parcialmente se refletiu na representação feminina[60]. Está-se no tempo da chamada "ala liberal" [61], de que uma das mulheres, Raquel Ribeiro, fazia parte, e que integrava independentes e jovens – a media etária foi de 42 anos – empenhados nalgumas transformações graduais do Estado Novo a partir de dentro, nomeadamente José Pedro Pinto Leite, Francisco Sá Carneiro, Miller Guerra, Francisco Pinto Balsemão e Magalhães Mota. Contudo, se inicialmente se esperou alguma mudança no regime – falou-se então de "primavera marcelista" e de "renovação na continuidade"[62] – , a partir de 1971 verificou-se que tal era praticamente impossível, pelo menos a curto ou médio prazo, devido a aspetos como a rejeição da proposta de revisão constitucional e da lei de imprensa saídas da "ala liberal" (1971)[63], a que se seguiram a reeleição de Américo Tomás como presidente da República (1972) e o abandono da Assembleia Nacional por dos dois deputados mais relevantes da referida fação, Sá Carneiro e Miller Guerra (janeiro e fevereiro de 1973)[64].

Nesta legislatura, duas parlamentares, Luzia Beja[65] e Raquel Ribeiro[66] interessaram-se sobremaneira pela educação especial. A segunda também defendeu a melhoria da preparação dos médicos[67] e aproveitou o facto de a UNESCO ter proclamado 1970 como o ano internacional da educação, para lançar um apelo: "Esta comemoração tem dois temas principais: a luta contra o analfabetismo e a educação permanente", esperando que a família "não se demita da sua função principal - a de educadora. Que saiba salvaguardar os valores positivos de que ainda pode ser detentora a nossa sociedade, sem se fechar à mutação das

59 CASTILHO, J. M. Tavares. *Os Deputados da Assembleia Nacional* […], p. 252.

60 CASTILHO, J. M. Tavares. *Marcello Caetano. Uma Biografia Política.* Coimbra, Almedina, 2012, p. 548.

61 FERNANDES, Tiago. *Nem Ditadura, nem Revolução. A* Ala Liberal *e o Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa, Assembleia da República, Dom Quixote, 2006; REIS, Joana. *A Transição Impossível. A Ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*. Alfragide, Casa das Letras, 2010; Idem, *Melo e Castro. O Provedor que dizia Sim à Democracia*. Alfragide, Casa das Letras, 2013, pp. 105-116.

62 Fernando Rosas tem insistido, a meu ver com muita razão, no facto de que o marcelismo não poder ser visto como um "disfarce demagógico do salazarismo", representando, pelo contrário, o "triunfo político de uma corrente reformista que vinha a manifestar-se no interior do Estado Novo desde o pós-guerra e que falhara, em 1958 e em 1961, as suas grandes oportunidades históricas de tomar o poder". Cfr. ROSAS, Fernando. "Marcelismo, a liberalização tardia (1968-1974)" In *O Estado Novo (1926-1974)*, coordenação de Fernando Rosas. Lisboa, Estampa, 1994, p. 546. Do mesmo autor, veja-se, também "O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo" In *Do Marcelismo ao Fim do Império*, coordenação de J. M. Brandão de Brito. Lisboa, Notícias, 1999, pp. 15-59 e "Marcelismo: ser ou não ser" In *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1874)*, coordenação de Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira. Lisboa, Notícias, 2004, pp. 9-26.

63 O próprio Marcelo Caetano teve clara consciência que 1971 marcou uma cisão na Assembleia Nacional. Cfr. CAETANO, Marcelo. *Depoimento*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1974, p. 92.

64 CASTILHO, J. M. Tavares. *Marcello Caetano* […], pp. 609-761, OLIVEIRA, Pedro Aires. "A última janela de oportunidade? Ensaio de 'História contrafactual' em torno de um cenário presidencial diferente em 1972" In *O Eterno Retorno. Estudos em Homenagem a António Reis*, coordenação de Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira. Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, pp. 563-584.

65 *Diário das Sessões*, n.º 95, 23 de abril de 1971, pp. 1888-1889.

66 *Diário das Sessões*, n.º 95, 23 de abril de 1971, pp. 1887-1888.

67 *Diário das Sessões*, n.º 153, 27 de janeiro de 1972, pp. 3092-3093.

condições sociais, ao progresso, ao diálogo com a juventude". Por outro lado, os professores, "que não se limitem a ser "funcionários do ensino", mas os grandes cooperadores na formação da personalidade e no desenvolvimento integra dos seus alunos"[68]. Mais tarde, abordou questões relacionadas com a escolaridade obrigatória na região urbana de Lisboa[69] e, em abril de 1970, teve ocasião de se referir à "democratização do ensino em Portugal", considerando: "O Estado Social que defendemos exige que à Universidade seja dada uma missão social com toda a sua amplitude. E exige, por conseguinte, que se processem as condições e os modos necessários a promover a vida cultural de todos, mesmo dos desfavorecidos economicamente"[70].

Aina em abril de 1970, três deputadas associaram-se a duas propostas de moção. Uma delas teve as assinaturas de Custódia Lopes e Sinclética Torres: "A Assembleia Nacional, ao encerrar-se o debate sobre o aviso prévio do Sr. Deputado Miller Guerra acerca das Universidades tradicionais e da sociedade moderna, manifesta o seu apreço por quantos, através da secular existência da Universidade em Portugal, procuraram cumprir os seus deveres de educadores, de estudiosos e de investigadores, formando o escol dirigente do País e enriquecendo a cultura nacional. Regista a necessidade de adequar o ensino superior português às condições da sociedade moderna, abrindo-o largamente a todos quantos, pela sua inteligência e qualidades de trabalho, devam ter acesso aos graus mais elevados do conhecimento científico. Nota com satisfação que o Governo inscreva no seu programa uma profunda reforma do ensino superior, para a qual encetou os trabalhos preparatórios e publicou já importantes providências legislativas. Confia em que o Governo prossiga na reforma com rapidez, atendendo quanto antes às mais graves carências evidenciadas e tendo em conta as sugestões produzidas pêlos diversos oradores no debate ora findo. Exprime a sua esperança de que para o esforço da reforma contribuam todos quantos, autorizada e utilmente, nela devam participar, movidos pelo alto intuito de melhorar as instituições escolares portuguesas e suas orientações, usos e métodos de trabalho, de modo que a escola, em todos os seus graus, seja um instrumento eficaz de renovação de mentalidades, dignificação moral e desenvolvimento económico do País"[71].

Raquel Ribeiro assinou a segunda proposta: "A Assembleia Nacional, considerando o debate do aviso prévio sobre "As Universidades tradicionais e a sociedade moderna" e

68 *Diário das Sessões*, n.º 15, 24 de janeiro de 1970, pp. 267-268.
69 *Diário das Sessões*, n.º 23, 18 de fevereiro de 1970, pp. 414-415. A 7 de abril de 1970, vieram as respostas (*Diário das Sessões*, n.º 30, 8 de abril de 1970, pp. 566-568).
70 *Diário das Sessões*, n.º 35, 16 de abril de 1970, pp. 715-716.
71 *Diário das Sessões*, n.º 39, 22 de abril de 1970, p. 814.

manifestando o seu apoio à política do actual Governo relativamente à vida das instituições universitárias, delibera recomendar que se realize com urgência a reforma das Universidades existentes e que se proceda à fundação de novas Universidades de estrutura diversa, sugerindo as seguintes medidas imediatas: Aumento do número de docentes de todas as categorias, de modo a ser possível um ensino personalizado, indissociàvelmente ligado à investigação científica; Criação das condições indispensáveis ao exercício da docência em regime de tempo inteiro; Institucionalização do ensino pós-graduado; Alteração da constituição dos conselhos escolares, de forma que representem efectivamente todo o corpo docente e discente; Funcionamento normal das associações académicas; Elevação do quantitativo e aumento relevante do número de bolsas de estudo, integrados numa premente política de democratização do ensino; Criação da carreira de investigação científica; Integração das Universidades no processo de desenvolvimento económico, social e político da Nação; Reestruturação do Ministério da Educação Nacional, dotando-o de órgãos de estudo e de gestão modernos; Criação de uma comissão que elaborará um relatório sobre a reforma da Universidade, baseado nos textos recebidos das Universidades, sindicatos, ordens, sociedades científicas e culturais, empresas, corpos administrativos e de todas as pessoas e entidades interessadas, bem como na informação colhida nas experiências estrangeiras; Ampla discussão desse relatório, finda a qual, e consideradas eventuais alterações, será entregue ao Governo" [72].

A primeira proposta foi aprovada, razão pela qual não se chegou a votar a segunda[73]. Era o claro triunfo, na Assembleia Nacional, do setor mais conservador e menos permeável à mudança[74].

Em abril de 1973, Raquel Ribeiro usou da palavra a propósito da proposta de lei n.° 25/X sobre a reforma do sistema educativo[75]. Em seu entender, a educação deveria caber, em primeiro lugar, à família, depois, ao Estado, finalmente, à Igreja, cujo papel seria, em seu entender, "importante na promoção integral de todos os povos", daí "o direito que lhe assiste a ministrar ensino religioso e profano". Defendeu o ensino privado e salientou a relevância da

72 *Diário das Sessões*, n.º 39, 22 de abril de 1970, p. 814.
73 *Diário das Sessões*, n.º 39, 22 de abril de 1970, p. 814.
74 RIAS, Ana Paula Lopes de Oliveira Andrade. *A Universidade no Contexto da Reforma Veiga Simão (1971)*, vol. I, pp. 146-147.
75 Sobre o debate desta na Assembleia Nacional, cfr. GRÁCIO, Rui. "Le débat a sujet de la 'reforme Veiga Simão' (proposition de loi n.º 25 / X) à l' Assemblé Nationale" In id., *Obra Completa*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, vol. I, pp. 625-697.

educação pré-escolar, que "está na base de uma verdadeira mudança cultural de uma sociedade", assim como "a diversificação e inter-relacionação ao nível do ensino superior"[76].

Luzia Beija defendeu, por duas vezes, a necessidade de aumentar do investimento público na educação especial[77]. E congratulou-se, em abril de 1973, pela criação, prevista na proposta de lei sobre a reforma do sistema educativo, da educação pré-escolar e do ensino especial, mas solicitou a inclusão da "formação familiar" e das "ciências domésticas". Tudo isto porque se vinha verificando, nos últimos anos, "a alteração profunda no conceito de família", nomeadamente porque a mulher "transpôs as fronteiras do lar, a que sempre estivera confinada, e juntou às suas funções tradicionais de dona de casa, mãe e educadora a sua participação nas tarefas da comunidade", o que originou "um novo estilo de relações entre homens e mulheres, destinados, cada vez mais, a viveram lado a lado e a colaborar, em pé de igualdade, nos mesmos trabalhos"[78].

Se esta alocução de Luzia Beija espelha mudanças comportamentais visíveis no Portugal de 1973[79], o grosso das intervenções da mesma parlamentar, assim como de Raquel Ribeiro, a respeito de questões educativas, prendem-se com a importante obra levada a cabo pelo derradeiro ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, reforma tão profunda quanto a de Carneiro Pacheco, mas de sinal oposto. O objectivo era claro: tentar, através da educação, recuperar o grande atraso de Portugal face aos outros Países da Europa. Assim, o titular da pasta promulgou, em 1971, a lei orgânica do ministério que criou três direcções gerais do ensino (básico, secundário e superior) e uma dos assuntos culturais. No mesmo ano, reformou a Mocidade Portuguesa, que deixou de ser obrigatória, e aprovou a Universidade Católica Portuguesa. Em 1972, restabeleceu a co-educação no ensino primário e instituiu-a no ensino preparatório, criou a Obra Social do Ministério da Educação e o ensino secundário nocturno. Em 1973, decretou uma reforma completa do sistema de ensino: passaria a haver a educação pré-escolar, o ensino básico (que se subdividia em ensino primário e ensino preparatório, ambos obrigatórios), o ensino secundário, com dois ciclos, o ensino superior, e, finalmente, em paralelo, a formação profissional. Acrescente-se ainda que criou universidades – Nova de Lisboa, Braga, Aveiro e Évora (esta última, inicialmente com o estatuto de instituto universitário) – , faculdades – Economia de Coimbra – , institutos – Instituto Superior de

76 *Diário das Sessões*, n.º 252, 14 de abril de 1973, pp. 5108-5111.

77 *Diário das Sessões*, n.º 19, 31 de janeiro de 1970, pp. 342-344; n.º 79, 6 de fevereiro de 1971, pp. 1601-1602.

78 *Diário das Sessões*, n.º 253, 25 de abril de 1973, pp. 5135-5136.

79 GAMEIRO, José. "Uma nova visão da família e do casamento" In *Portugal Contemporâneo*, direção de António Reis. Lisboa, Alfa, 1989, vol. V, pp. 357-366; ALÃO, Ana Paula. "Amor e sexualidade: mudanças de comportamento" In *ibidem*, pp. 367-380; MÓNICA, Maria Filomena. "Trinta anos que mudaram Portugal. 1961-1991" In id., *Cenas da Vida Portuguesa*. Lisboa, Quetzal, 1999, pp. 13-55.

Ciências do Trabalho e da Empresa – e diversas escolas politécnicas (que, contudo, só mais tarde viriam a funcionar), extinguiu os postos escolares, transformando-os em escolas primárias, e preocupou-se com a educação pré-escolar, tendo criado o conjunto escolar experimental Senhor da Serra (concelho de Miranda do Corvo) e duas escolas de formação educadores de infância. Nas vésperas do 25 de Abril, estavam preparados dois diplomas, que não chegaram a entrar em vigor, a lei da autonomia universitária e o estatuto da carreira docente não-superior. Apesar dos eventuais defeitos e limitações da sua política educativa, no tempo em que Veiga Simão esteve no governo deu-se um progresso inegável na educação, tendo muitas das suas ideias e projectos sido retomados depois de 1974[80].

Os problemas do Ultramar continuaram, nesta legislatura, na ordem do dia. Em abril de 1970, Sinclética Torres dissertou sobre aspetos vários da Universidade de Luanda, desde cursos a números de docentes e alunos[81]. O mesmo fez Custódia Lopes, mas sobre o ensino superior em Moçambique[82], sugerindo, numa outra intervenção, a criação, "nos próprios territórios extra-uropeus, escolas superiores de administração ultramarina, um pouco à semelhança do instituto existente em Lisboa"[83].

A derradeira legislatura do Estado Novo começou a 15 de novembro de 1973 e devia findar a 30 de abril de 1974. Esboce-se um enquadramento mais geral: desde que, em 1971, se verificara estar completamente bloqueada qualquer possibilidade, pelo menos a curto ou médio prazo, de mudança profunda do Estado Novo, a partir de dentro, pouco havia a esperar das eleições legislativas de novembro de 1973, classificadas por um dos deputados então

80 CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal* […]. pp. 807-813; STOER, Stephen R. "A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou 'disfarce humanista'?", In *Análise Social*. Lisboa, 1983, vol. XIX (77-78-79), n.º 3-4-5, pp. 793-822; RAMOS, Dulce Resende Coelho de Resende. *A Reforma de Veiga Simão. Uma Oportunidade perdida de Modernização do Sistema Educativo Português na Década de 70,* dissertação apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Educação, especialidade de Desenvolvimento Curricular, exemplar mimeografado, Braga, 1998; PROENÇA, Maria Cândida. "A reforma educativa de Veiga Simão", in *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, coordenação de Fernando Rosas e Pedro Aires de Almeida. Lisboa, Ed. Notícias, 2004, pp. 233-261; ROSA, Daniel Augusto de Melo. *Ensino Secundário Nocturno (1972-1997). Um Contributo para o Estudo da Criação e Evolução dos Cursos Complementares*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas, exemplar mimeografado, Lisboa, 2001; RIAS, Ana Paula Lopes de Oliveira Andrade. *A Universidade no Contexto da Reforma Veiga Simão (1971),* dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar mimeografado, Lisboa, 1997.

81 *Diário das Sessões*, n.º 36, 17 de abril de 1970, pp. 742-744.

82 *Diário das Sessões*, n.º 85, 19 de fevereiro de 1971, pp. 1716-1719

83 *Diário das Sessões*, n.º 256, 28 de abril de 1973, pp. 5268-5269. O estebelecimento a que Custódia Lopes se referia chamou-se, sucessivamente, Escola Colonial (1906-1927), Escola Superior Colonial (1927-1954), Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1954-1962), Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (1962-1975) e, finalmente, desde 1975, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Em 1961 foi integrado na Universidade Técnica de Lisboa, fazendo partem desde 2013, da nova Universidade de Lisboa

escolhidos, aliás, pessoa próxima de Marcelo Caetano, como um "melancólico 'cumprir de calendário' "[84]. E, de facto, a oposição desistiu à boca das urnas, como havia sido costume antes de 1969.

Neste "multidão de ilustres desconhecidos", como chamou Tavares Castilho à derradeira câmara legislativa do Estado Novo, nove mulheres foram deputadas, número nunca anteriormente alcançado. Em termos gerais, a renovação então acontecida na Assembleia Nacional foi aparente e teve mais a ver com o aumento do número de deputados imposto pela revisão constitucional de 1971[85].

As questões educativas interessaram diversas deputadas. Josefina Marvão defendeu, em fevereiro de 1974, a criação de estabelecimentos de educação pré-escolar, atendendo a que era cada vez maior o número de mulheres a trabalhar fora de casa[86]. Clementina de Vasconcelos, em abril do mesmo ano, referiu: "Entre as graves dificuldades que enfrenta a nossa batalha da educação (como lhe temos ouvido chamar), avultam três: as instalações e os equipamentos; os programas e os livros adequados; o recrutamento, preparação e situação dos professores[87]. Sobre a situação do corpo docente se pronunciou ainda Lurdes Oliveira, em fevereiro de 1974[88]. Já Lia Lello, debruçou-se, já no mês em que caiu o Estado Novo, sobre a ocupação das instalações do Instituto Superior de Economia por alunos e a posterior reação do diretor, que recorreu ao uso da força, dizendo: "A subversão, a anarquia e a agressão constituem crimes punidos pelas nossas leis. Por isso me permito lavrar aqui o meu inequívoco e profundo protesto de repulsa, pedindo ainda às entidades competentes que estabeleçam medidas que evitem a repetição de tais e tão reprováveis actos" [89].

Nesta legislatura, os assuntos relacionados com a educação no Ultramar mantiveram-se na ordem do dia. Em fevereiro de 1974, Sinclética Torres referiu-se, uma vez mais, à urgência de adequar os períodos escolares praticados em Angola à realidade do território, devendo as aulas funcionar de abril a dezembro e não de outubro a junho[90]. Luísa Oliveira, depois de elogiar a ação de Veiga Simão e de salientar, quase em tom apocalíptico, a indispensabilidade de "bons e qualificados docentes, que formem os jovens e os preparem para a vida prática", centrou a sua intervenção no caso específico de Angola, lamentando "as

84 MELO, Manuel José Homem de. *Meio Século de Observação*. [Lisboa], Círculo de Leitores, 1996, p. 190.
85 CASTILHO, J. M. Tavares. *Os Deputados da Assembleia Nacional* […], p. 253.
86 *Diário das Sessões*, n.º 33, 22 de fevereiro de 1974, pp. 664-667.
87 *Diário das Sessões*, n.º 49, 6 de abril de 1974, pp. 955-957.
88 *Diário das Sessões*, n.º 33, 22 de fevereiro de 1974, pp. 660-663.
89 *Diário das Sessões*, n.º 47, 4 de abril de 1974, pp. 928-929.
90 *Diário das Sessões*, n.º 23, 6 de fevereiro de 1974, pp. 471-474.

dificuldades tremendas e de toda a ordem no início do ano lectivo, que se avolumam de ano para ano e se esperam sejam ainda mais graves em 1974-1975"[91].

Em conclusão, refira-se que as questões educativas – assim como as políticias sociais – foi um dos principais interesses das 22 mulheres que, entre 1935 a 1974, integraram a Assembleia Nacional do Estado Novo[92]. Nos primeiros anos, ouvimos Domitila de Carvalho, Cândida Parreira, Maria Guardiola elogiarem as reformas de Carneiro Pacheco, para as quais acabaram mesmo por contribuir, nomeadamente no que tocou ao ensino de higiene e puericultura nos liceus ou à adoção dos livros únicos. Entre finais dos anos 40 e o ocaso do salazarismo, Virgínia Gersão, Leonor Botelho, Irene Costa, Margarida Craveiro Lopes, Custódia Lopes e Sinclética Torres congratularam-se pelas medidas levadas a cabo pelo governo. No fim do regime, Raquel Ribeiro, Luzia Beija, Josefina Marvão, Clementina de Vasconcelos e Luísa Oliveira aplaudiram as reformas de Veiga Simão. Nunca deixaram de chamar a atenção para aspetos que consideravam menos positivos – veja-se o caso de Virgínia Gersão, sempre crítica – ou de apelar para a necessidade de mais e melhores reformas – como Irene Costa, campeã do ensino especial. Todos os graus de ensino mereceram a atenção destas deputadas, sendo de relevar a defesa da educação pré-escolar, quando a mesma havia deixado de ser uma responsabilidade do ministério da Educação Nacional, primeiro por Virgínia Gersão, mais tarde por Irene Costa e Josefina Marvão. Temas como a especificidade da educação do sexo feminino, as organizações de juventude e a escolaridade no Ultramar não deixaram de ser abordados em diversas ocasiões, neste último caso, a partir do momento em que em São Bento passaram a existir deputadas africanas.

91 *Diário das Sessões*, n.º 33, 22 de fevereiro de 1974, pp. 660-663.

92 Não difere muito do panorama espanhol dos anos de 1943-1975. Cfr. FRANCO RUBIO, Gloria A. "De la vida doméstica e la presencia pública: las mujeres en las Cortes franquistas" […].